

(Re) leituras do folhetim no século XIX

PATRÍCIA TRINDADE TRIZOTTI*

As pesquisas realizadas com folhetins ao longo dos últimos anos esclareceram muitas dúvidas que pairavam no ar sobre sua verdadeira gênese na Europa. Muitos associavam o termo apenas à França do século XIX e a brilhante ideia concebida por Émile de Girardin de lançar em seu jornal *La Presse*, fatias diárias de *La Vieille Fille* de Balzac. No entanto, novos estudos têm demonstrado que a questão é um pouco mais complexa do que aparenta, visto que os folhetins assumiram formas específicas em diferentes espaços geográficos, ainda que mantivessem algumas características em comum.

Algumas pesquisas apontam que a França não foi o primeiro país a se valer de tal prática, uma vez que já no século XVIII, jornais ingleses como o *British Mercury* (1712), o *Original London Post or Heathcotes Intelligence* (1719) e o *Churchman's Last Shift* (1720) publicaram romances em episódios. Ao longo da mesma década outros periódicos publicaram textos que se tornariam famosos como *Gulliver's Travels*, publicado no *Original Weekly Journal*, em 1728. (COOPER-RICHET, Diana, 2007).

O que fica claro é que além do lugar de nascimento do folhetim, existe ainda um problema quanto sua terminologia. Enquanto os franceses empregavam a palavra *feuilleton*, os ingleses utilizavam *serial*, enquanto para os americanos, o termo abrangia publicações variadas, caso que parece ser o mesmo que o brasileiro. Uma das questões mais importantes nos debates é o que efetivamente consistia o folhetim. Na França, assim como na Inglaterra, a rubrica *feuilleton*, constituía-se como um espaço de inventividade aberto no jornal, que abrigou desde anúncios e críticas dramáticas até programas de espetáculos, charadas, piadas e cartas de leitores. A adoção desse “*espace supplémentaire en haut ou bas de page*” foi feita de forma gradual pelos impressos (THERENTY, 2007).

* Doutoranda em História pelo Unesp/Assis

Segundo Marie-Eve Therenty, esse espaço teria nascido de um *subterfuge fiscal*, que abriu um espaço suplementar nas páginas dos periódicos, devido a imposição de certas leis como a de 01 de outubro de 1712, agravada alguns anos mais tarde, que impôs aos jornais ingleses a compra de um selo a ser fixado em cada exemplar impresso, o que onerava os custos de produção. A solução então encontrada foi adotar o formato brochura para escapar da regulamentação. Com mais páginas disponíveis, os jornais precisavam preencher os novos espaços, o que foi feito a partir da inclusão de textos de natureza variada, sobretudo, os de ordem ficcional. Com o sucesso da publicação dos romances, o senso comum passou a associar imediatamente a palavra folhetim ao gênero narrativo, excluindo outros tipos de texto (THERENTY, 2007). O mais correto, no entanto, seria a percepção do termo folhetim como um espaço físico ocupado, geralmente ao pé da página do jornal, mas que também apareceu nas revistas, coberto por variedades. E o romance-folhetim um dos muitos componentes alternativos deste mesmo local.

Quanto as fases do romance-folhetim, no caso francês, Lise Queffélec detectou três períodos que abrangem seu início e declínio (QUEFFÉLEC, 1989). A primeira, entre 1836 e 1866, foi a época do surgimento de escritores de renome como Honoré de Balzac, Eugène Sue, Frédéric Soulié, Paul Féval, Ponson du Terrail (que assinava Pierre du Terrail) e Alexandre Dumas - pai, que publicavam em grandes jornais como *Le Siècle*, *La presse* e *Le Constitutionnel* e que tiveram seus romances adaptados para o teatro. Os gêneros dos folhetins variavam entre os chamados romances marítimos (com histórias desenvolvidas no mar ou na costa) e históricos, que não eram modelos tão dominantes como os romances de costumes. Os traços característicos da narração eram o suspense, a criação da figura do herói, a natureza casta, a denúncia da moral hipócrita das aparências na sociedade, o amor, a vingança, a conquista de poder e a procura por uma identidade roubada ou perdida. O sucesso era tão grande que surgiu ainda nessa fase, impressos dedicados quase exclusivamente a publicação de folhetins, intitulados de *journaux-romans*.

O segundo período destacado por Queffélec vai de 1866 a 1875, época em que foi fundado, pelo banqueiro Moïse Millaud, o *Le Petit Journal*, vendido a 1 sou (5

centavos). A publicação inaugurou a era da imprensa de sensação que “*attivant le public populaire par la narration dramatique de fait divers sanglants et horribles très semblables aux anciens canards*”.¹ A partir de 1870, um novo estilo foi criado com a séries do Rocambole, de Ponson du Terrail, herói que surgiu pela primeira vez em 1857 no jornal *La Patrie*. As características marcantes dessa fase foram o desvio de caráter das personagens – caso do herói rocambolesco -, os artifícios encontrados para manter a atenção e renovar a emoção - um prego que retêm a guilhotina quando essa é acionada ou uma espingarda que corta a corda no momento do enforcamento - e a presença de práticas como roubos e assassinatos, recorrentes na série escrita por Paul Féval, *Les Habits Noirs* e que já antecipavam o romance policial.

A última etapa da trajetória do romance-folhetim francês, segundo a pesquisadora, inclui os anos de 1875 a 1914, marcados pela expansão da imprensa popular, a publicação de dois ou três folhetins na maioria dos diários, como pelo seu declínio. No seu ápice, os jornais chegaram a organizar operações publicitárias para divulgar os novos folhetins lançados, caso do *Le Petit Journal*, *Le Petit Parisien*, *Le Matin*, *Le Petit Lyonnais*, entre outros. A estratégia consistia em distribuir fascículos, espécie de folha dobrada ao meio uma ou duas vezes, geralmente com 45 cm de altura por 30 de largura, impressas nas próprias rotativas dos jornais e em grandes tiragens. O *Le Petit Parisien*, por exemplo, quando do lançamento em 1883, de *Le docteur Rouge*, de Jules Mary, produziu cerca de três milhões de fascículos. Outro instrumento de propaganda foram os cartazes, que eram espalhados nos principais pontos de grande circulação de pessoas e que possuíam tamanhos variados. A partir de 1900, com a crescente rivalidade entre os periódicos, outras formas de divulgação passaram a ser utilizadas como os carros-reclames e os homens-sanduíche.

A maioria dos estudos aponta o início da Primeira Guerra como o marco final dos romances-folhetins nos jornais. Frente ao desenvolvimento de novas mídias como o cinema, a foto-romance e as histórias em quadrinhos, e a publicação cada vez maior de livros pelas editoras, o folhetim tornou-se um modo esporádico de difusão de romances.

¹ Idem, p. 58.

Anos mais tarde, renasceu de forma adaptada, com o rádio e, posteriormente, com a telenovela. Enquanto na Europa o folhetim empalideceu frente à chegada dos novos tempos. A periodização de Lise Quefflerc é parecido com a proposta pela brasileira Marlyse Meyer, que também dividiu a história do romance-folhetim em três fases e com características muito semelhantes à aquelas apontadas pela pesquisadora francesa.

Em relação a chegada do folhetim ao Brasil, a data da sua aparição, seja como “o espaço-folhetim” ou como “romance-folhetim” é ainda controversa. Alguns pesquisadores apontam a publicação de *Le Capitaine Paul*, de Alexandre Dumas, no *Jornal do Commercio*, em 31 de outubro de 1838, como sua estreia no país (Meyer, 1996), enquanto outros optam por *Edmundo e sua prima*, de Paul de Kock, publicado no mesmo periódico em 04 de janeiro de 1839 (Nadaf, 2009).

Dentre os jornais que se lançaram na nova empreitada, sem dúvida o *Jornal do Commercio* pode ser apontado não só como pioneiro, mas como o mais atualizado com as novidades francesas, por sua destreza em republicar, quase que simultaneamente, os mesmos folhetins dos jornais parisienses. Assim, a maioria dos romances-folhetins dos jornais cariocas e de outras localidades do país, na primeira metade do século XIX, constituíam-se geralmente de traduções de textos franceses. Embora algumas tramas de escritores brasileiros fossem registradas, caso de Justino José da Rocha com “*Os Assassinatos Misteriosos*” e “*O Pária*” (HALLEWELL, 2005), assim como “*O Filho do Pescador*” de Teixeira e Souza, “*Voragem*” de Joaquim Manuel de Macedo e “*Statira e Zoroastes*” de Lucas José de Alvarenga (SERRA, 1997).

No que concerne ao espaço-folhetim em meados do século XIX brasileiro, destacaram-se Martins Pena e a sua seção folhetinesca intitulada *A Semana Lírica*, publicada no *Jornal do Commercio* entre setembro de 1846 e outubro de 1847 e José de Alencar com “*Ao correr da pena*,” no qual o escritor discutia os acontecimentos sociais, literários e políticos da época, sempre apresentados no rodapé da primeira página do jornal.

Em meio aos muitos periódicos que inseriram em suas páginas a novidade folhetinesca, destaca-se o jornal *O Estado de S. Paulo*. A história do matutino começou

no século XIX, quando Américo Brasiliense e Campos Sales com o propósito de estabelecer um jornal republicano, fundaram *A Província de S. Paulo*, formando uma sociedade comanditária com cafeicultores do chamado Oeste paulista, que entraram com capital para seu fomento. Logo na sua estreia, *A Província de S. Paulo* apresentou no rodapé da primeira página, em cinco colunas, o romance *Magdalena*, do escritor francês Jules Sandeau. Ao fim do trecho e no pé da página, a palavra “continua” deixava em suspenso a trama. Assim, seguia-se à risca a fórmula empregada pelos modelos franceses, qual seja, fatiar a história em diversos pedaços e oferecê-los, diariamente aos leitores.

Cabe destacar já nesse primeiro folhetim alguns traços peculiares do gênero: a adaptação do nome do escritor de Jules para “Julio”, ato praticado não só pelos jornais brasileiros, mas também pela imprensa de outros países. A linha divisória muito bem delineada que separava o espaço-folhetim do restante do conteúdo e que por vezes vinha pontilhada, a fim de induzir ao recorte, a dobragem e a mesma a encardenação doméstica do romance, de modo a se formar uma espécie de livro (TINHORÃO, 1994) que seria costurado a mão tal como se fazia nas livrarias. Com o tempo foi introduzido o número do fascículo ao lado do título, o que indica que assim o leitor não confundiria a sequência da publicação. Nesse primeiro ano de vida, *A Província* publicou cerca de cinco romances, todos com duração inferior a quatro meses.

Mas o periódico não apresentou apenas romances em seu rodapé. Ainda no ano de 1875 “três” colaboradores se revezaram na publicação de crônicas e comentários sobre os fatos da semana: “Dom Gigadas”, “Selvico” e “L”. A dúvida que permanece é se realmente eram três pessoas distintas que escreviam ou se era apenas uma que se revezava nos pseudônimos.

Nos anos seguintes, o matutino conheceu mudanças significativas na sua trajetória. A sociedade comanditária foi desfeita e o periódico passou a ser propriedade exclusiva de Francisco Rangel Pestana que, dois anos depois, passou a contar na

redação com Júlio César Ferreira de Mesquita, então com 23 anos.² O jornal continuou a publicar textos variados no espaço-folhetim. No entanto, a ênfase não era para romances e sim para textos opinativos e crônicas. Optou-se ainda por criar colunas dentro do espaço-folhetim como a “Semana Fluminense”, encabeçada por Luiz de Andrade e que era publicada rigorosamente uma vez por semana. Outras também foram criadas como “Palestremos” e “Prédicas Semanais”, mas que não duraram o mesmo tempo de a “Semana Fluminense”, que esteve presente no jornal de 1878 até 1880.

Nessa mesma década, Júlio tornou-se co-diretor, junto com Rangel Pestana e deu início a uma série de mudanças internas no periódico. No entanto, os folhetins continuaram a ser publicados nas páginas do impresso, ainda que não tivessem mais a exclusividade da primeira página e transitaram para outras. Aqui cabe o questionamento se realmente isso significava que em face de outros conteúdos “mais importantes”, havia a migração do folhetim para as páginas posteriores. No caso de *A Província* parece muito mais ser um fator de ordem de chegada: o que se produzia primeiro, vinha na primeira página. Muitas crônicas possuíam a data de quando foram escritas e algumas eram publicadas um ou dois dias após sua produção. Portanto não tinham como aparecer na primeira página se não eram finalizadas a tempo. Quanto ao romance-folhetim, procurava-se deixar o leitor a par das novidades do mundo literário europeu. O romance *Os Maias*, de Eça de Queiros, publicado em livro na cidade do Porto em 1888, apareceu no mesmo ano, em capítulos, nas páginas da *Província de S. Paulo*. Notas a respeito do romance escolhido pela direção do jornal passaram também a figurar na

² Júlio nasceu em Campinas em 18 de agosto de 1862, filho de Francisco Mesquita e Maria da Conceição Ferreira Mesquita, morou em Portugal quando tinha três anos e lá recebeu as primeiras instruções. Os pais e o menino retornaram ao Brasil logo que o garoto completou sete anos. Segundo Paulo Duarte, que escreveu uma biografia do jornalista e foi seu grande amigo, Mesquita teve contato com o jornal a primeira vez quando contava com apenas 13 anos de idade: seu nome apareceu na lista de aprovados do Colégio Culto a Ciência, publicada em *A Província* logo no ano de sua estreia em 1875. No ano de 1878, Júlio mudou-se para São Paulo para ingressar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Durante seus estudos nessa, colaborou em vários jornais acadêmicos. Formou-se em 1883 e abriu um escritório de advocacia com Francisco Quirino dos Santos. No ano seguinte casou com Lucila Cerqueira César e passou a colaborar na *Gazeta de Campinas*, cidade que o elegeu vereador em 1885. O interesse então pela imprensa era maior que os sentimentos pela advocacia. Em 1887, de colaborador no OESP passou a fazer parte da redação. Após isso se envolveu de tal forma com o matutino, que tornou-se proprietário desse. (DUARTE, 1977).

coluna “Informações” do jornal que, além de justificar a escolha, traziam dados sobre os autores e mesmo sobre os tradutores da ficção escolhida.

Em outros momentos publicava-se textos em francês, lendas, sumários que permitiam ao leitor saber do conteúdo a ser tratado no artigo, poesias, críticas teatrais e musicais, além de notas sobre eventos ocorridos com pessoas importantes da sociedade que não poderiam ser nomeadas por uma questão de pudor. Nas sessões surgidas dentro do espaço-folhetim a partir da década de 1880, destacou-se a intitulada “Crônica Teatral,” assinada por “Don Gigadas El chico”, de modo a dar a entender que o colunista que a escrevia era filho do Dom Gigadas, colaborador antigo do jornal.

Em 1889 com a Proclamação da República, o periódico mudou o nome de *A Província de S. Paulo* para *O Estado de S. Paulo*, título que conserva até hoje. Nos anos seguintes, o jornal conheceu significativa prosperidade, comprou novos prelos e estabeleceu filiais em várias cidades. A partir de 1890 passou a se concentrar, sobretudo, na publicação apenas de romances-folhetins e embora em menor número, não deixou de lado a publicação de colunas específicas caso de, “Aos Domingos,” assinada por Olival e de “Agricultura”, que apesar de tratar de assuntos importantes no setor, não era identificada. Nessa década ainda, o jornal partiu para um novo projeto: resolveu replanejar a prática de premiar seus assinantes.

Os diretores da *Província de S. Paulo* enfrentavam muita inadimplência no pagamento das assinaturas, desde a fundação do jornal em 1875. Mesmo os apelos publicados em forma de anúncio, durante vários meses, acerca dos problemas acarretados pelo atraso das assinaturas não resolviam o impasse. A estratégia encontrada pela *Província* foi gratificar com prêmios os assinantes caso mantivessem em dia seus compromissos. Isso resolveria o problema dos atrasos e poderia também angariar novos assinantes que, interessados nos brindes, subscreveriam o jornal. A forma inicial escolhida para distribuir os prêmios foi a loteria geral, utilizada até 1890. Após três anos sem distribuir prêmios, o jornal anunciou em suas páginas a entrega de uma folhinha, uma espécie de calendário como presente de Natal, prática que não se repetiu no ano seguinte. Em 1895, o *Estado* resolveu oferecer aos seus assinantes duas opções de

premiação: ou um almanaque ou romances, impressos em suas próprias oficinas (TRIZOTTI, 2010). Tais livros na verdade, constituíam-se em sua maioria da condensação dos romances-folhetins publicados diariamente pelo matutino.

Conforme anúncio de novembro de 1895, o jornal noticiou que a obra *Mulher do vestido escuro*, de George Ohet, já estava disponível para venda em seu escritório. Esse romance havia sido publicado pelo jornal entre 29 de abril e 10 de julho de 1895. Um mês depois do reclame de venda, em dezembro de 1895, o jornal fez saber aos assinantes que seria dado em forma de brinde, assim como *Vida Burguesa*, de Antonio de Oliveira, que não apareceu como folhetim no jornal. A explicação para o fato poderia ser de que o romance de Ohet não havia obtido êxito nas vendagens e por isso foi elencado no quadro de premiações. Mas o que dizer de *O Chapéu do Padre* de Emilio de Marchi, *Titio e Sr. Vigário* de Jean de La Brete e a *Duqueza de Nala* de Julio Piccini, publicados em folhetim anteriormente a sua edição em forma de livro? Inclusive a obra de Piccini, segundo o próprio jornal quando da publicação em folhetim, afirmou ser um romance original do italiano e traduzido especialmente pelo *O Estado de S. Paulo* para seus leitores.

Acredita-se que o jornal tenha mantido os folhetins até 1944, ou seja, mesmo nos anos em que o comando do *Estado* esteve com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), não se cessou a publicação do gênero. Após essa data, em alguns momentos, o jornal publicou um ou outro folhetim curto, mas sem a serialização marcada dos anos anteriores. Esses dados representam a importância não só do jornal como espaço de inventividade, mas também o de suas oficinas, na história do livro e da leitura no Brasil.

Referências Bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

COOPER-RICHET, Diana, Panorama de la “serialized fiction” dans les périodiques britanniques avant d’ère victorienne. In : CACHIN, Marie-Françoise et al. *Au bonheur du feuilleton*. Paris: Creaphis, 2007.

- DUARTE, Paulo. *Júlio de Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes históricas*. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma historia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- QUEFFÉLEC, Lise. *Le roman-feuilleton français au XIX siècle*. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1989.
- PESTANA, Paulo. A História de um jornal. In: *Almanach do O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Seção de Obras de OESP, 1916.
- SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Antologia do romance-folhetim (1839 a 1870)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- TINHORÃO, José Ramos. *Os romances em folhetins no Brasil: 1830 à atualidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.
- THERENTY, Marie-Eve. De la rubrique au genre: le feuilleton dans le quotidien (1800-1835). In : CACHIN, Marie-Françoise, COOPER-RICHET, Diana, MOLLIER, Jean-Yves, PARFAIT, Claire. *Au bonheur du feuilleton*. Paris: Creaphis, 2007.
- THIESSE, Anne-Marie. *Le roman du quotidien. Lectures et lecteurs populaires à la Belle Epoque*. Paris: Points Seuil, 2000.
- TRIZOTTI, Patrícia Trindade. “*Um brinde aos assinantes!*”: os almanaques do jornal O Estado de S. Paulo (1896, 1916, 1940). Dissertação de Mestrado. Assis: Unesp, 2010.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL